



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Discurso pronunciado durante o almôço realizado no campo de manobras do Exército, na Estrada Rio-São Paulo, ao ensejo do encerramento dos exercícios anuais da 1.^a Região Militar.

— 12 de dezembro —

NÃO escondo a satisfação de estar, nesta feliz oportunidade, entre os meus camaradas de armas.

Aviva êsse contentamento a confortadora prova de eficiência da Primeira Região Militar, eficiência que não se improvisa, e serve para revelar quanto se apurou o preparo da tropa por meio de novos métodos de instrução e de rigoroso adestramento.

É legítima a nossa ufania, porque apreciamos a ação de autênticos chefes e soldados, imbuídos do espírito militar que é apanágio das nossas Fôrças Armadas, de terra, mar e ar.

Com viva emoção e justificado orgulho, vibramos à vista de unidades de eleição, algumas das quais integrantes da gloriosa Fôrça Expedicionária Brasileira que, com tanto brio e intrepidez, levou às praias, planícies e montanhas italianas o símbolo sagrado da Pátria.

Ao congratular-me com o Exército na pessoa do General Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra, e em particular com a Primeira Região e seu Comandante, General Zenóbio da Costa, militar experimentado na paz e na guerra, durante a qual se destacou no escalão superior da Fôrça Expedicionária Brasileira — invoco atribuição constitucional para louvar todos os chefes, oficiais, inferiores e praças, pela obra realizada.

Não devemos esquecer que, anteriormente ao conflito mundial, regia-se o nosso Exército segundo os padrões

vigentes na Europa. Fato novo reclamou uma transformação radical, realizada em pouco tempo graças à competência dos chefes militares, adaptando-se as nossas Forças Armadas à organização de modelo americano — que servirá à segurança coletiva do Continente.

O esforço não foi pequeno. O sacrifício dos dirigentes representou o máximo das nossas possibilidades. E, mercê de Deus, conseguimos apresentar-nos, com eficiência e galhardia, nos teatros da guerra.

A fase de remodelação destes últimos dois anos — em que ainda nos encontramos — dá-nos a convicção de que o muito por fazer significa um incentivo e um desafio ao patriotismo dos soldados do Brasil.

As vossas necessidades materiais, conheço-as bem, e delas não descurei, pois o eventual encargo — para que a Nação me convocou — veio reafirmar a minha consciência dentro da nossa classe de cujo seio nunca saí, no passado nem mesmo temporariamente, como ainda agora dela não estou ausente, porquanto o mandato presidencial me tornou também o comandante supremo das Forças Armadas e responsável pela “direção política” da sua ação constitucional.

Quando me reporto à direção política, faço-o nos estritos termos da Magna Carta, lembrado das palavras de Rui Barbosa:

“A política das Classes Armadas não é a política das facções, mas a política da Nação. No sentido de que a política é a especulação dos partidos, não têm política o Exército e a Armada” (e a Aviação, é agora de acrescentar). “Mas não poderão deixar de a ter nessa acepção desinteressada e superior da política, em que ela constitui a ciência da organização nacional,

da liberdade nacional, da independência nacional, da conservação nacional.”

As Fôrças Armadas — prescreve-o a Constituição de setembro de 1946 — destinam-se a defender a Pátria e a garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem.

Essa, aliás, a sua missão histórica, descrita em página modelar do mesmo estadista :

“A política dispersiva das fôrças nacionais, a que separa, desirmana e inimista os cidadãos, essa, convirá que seja defesa ao elemento militar; pois, com ela misturado, se desnaturaria e arruinaria.

Mas na política de vigia pelos supremos interesses da existência do País, nessa, ninguém tem direitos e deveres maiores que os dessas classes, em que reside, por definição e profissão, a defesa da Pátria no interior e no exterior.”

Sinto-me feliz em verificar a constância da devoção das nossas Fôrças Armadas aos supremos interesses do Povo Brasileiro, na certeza de que não nos falta aquela energia espiritual que polariza a consciência da Nação e que foi e será sempre o fator predominante para a nossa defesa diante das invasões territoriais, ou surtos ideológicos incompatíveis com a Constituição e a segurança nacional.

Coesas e disciplinadas, as nossas Fôrças Armadas — garantia dos Poderes Constitucionais — velam na defesa da Pátria, da Lei e da Ordem.

Assim tem sido sempre. E assim o foi em 15 de novembro de 1889 e em 29 de outubro de 1945.

Pela grandeza do Brasil!